

**42º Encontro Anual da ANPOCS**

**SPG 41 Sociologia e Antropologia da Moral**

**Entre a "bagunça" e o "condomínio": as ordens ajustadas do morar nos conjuntos residenciais do PAC no Rio de Janeiro**

**Bruno Coutinho de Souza Oliveira (UERJ/IESP)**

# Entre a “bagunça” e o “condomínio”: as ordens ajustadas do morar nos conjuntos residenciais do PAC no Rio de Janeiro

Bruno Coutinho de Souza Oliveira<sup>1</sup>

“A verdade é difícil,  
ela não está estagnada.  
E quando alguém nos mostra  
já se encontra mudada,  
pois cada um tem a sua  
toda personalizada.”

*(Dico e a invasão do Alemão - José Franklin)*

## Introdução

Em uma manhã chuvosa de trabalho no bairro do Complexo do Alemão observei um conflito entre vizinhos que me despertaria para uma série de questões relacionadas ao programa de urbanização e habitação popular inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento, ou no caso das áreas periféricas da cidade, o “PAC-Favelas”. Entre 2008 e 2011 o programa havia realizado obras de infraestrutura e alterado significativamente as rotinas dos moradores daquele extenso e heterogêneo bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Eu havia trabalhado como gestor de território do PAC-Favelas e nos últimos meses realizava o acompanhamento assistencial das famílias realocadas para os novos “condomínios do PAC”.

No começo da ocupação de um desses conjuntos residenciais – o Relicário<sup>2</sup> (local que defini como campo de pesquisa para o doutorado) –, moradores contemplados com as chaves dos novos apartamentos passaram a marcar uma forte distinção entre eles e os “de fora”. Na cena do conflito que observei, a disputa era pela manutenção ou o fechamento de uma passagem que ligava o “condomínio do PAC” a favela vizinha: os “de dentro” queriam fechar a passagem para os “favelados” não passarem por dentro; os “de fora” reivindicavam a passagem pois para eles “todos eram iguais, era tudo Complexo do Alemão”.

Muitos desses moradores “de dentro” – os que naquele momento passavam a residir em uma estrutura predial –, assumiram e reproduziram a fala governamental difundida sobre os “condomínios de classe média”. Morar um “condomínio” tornou-se a representação de ascensão econômica e reconhecimento da cidadania, contribuindo por outro lado para a aceitação e a consolidação das políticas de habitação popular na região. Esse discurso foi

reproduzido ao longo do tempo nos espaços de atendimento a população no programa governamental<sup>3</sup>. Técnicos, gestores, engenheiros, todos referiam-se aos conjuntos residenciais do PAC como “condomínios”, ou seja, reiteravam aspectos físicos e simbólicos que remetiam a uma outra maneira de morar em oposição a representação historicamente negativa da vida na favela (Zaluar, 2001). Ao todo, em todo o período de implementação do programa federal, foram erguidos nove conjuntos residenciais totalizando cerca de 1750 novas unidades de habitação popular no bairro.

Com o passar do tempo essa representação baseada na possibilidade de uma “nova vida”, um “novo tempo”, o “recomeço”, a “realização de um sonho”, entre outras expressões que denotavam as expectativas de melhora nas condições de vida, se esvaiu. O crescimento dos números e da sensação de violência no território, a descontinuidade das políticas de urbanização, e a deterioração das estruturas físicas do conjunto residencial provocaram um certo “desencantamento do mundo” (Weber, 2005) projetado. Muitas críticas giraram em torno da maneira como o território onde o Relicário está situado continuava a ser entendido e praticado por agentes e grupos supralocais, como os constantes tiroteios entre policiais e operadores do varejo do tráfico. “Bandidos” continuavam ordenando o espaço vivido – principalmente sobre a regulação dos espaços livres no interior do terreno do Relicário – em uma dissonância com a ordem legal esperada. Ao mesmo tempo, mesmo entre os mais críticos, sete anos após a inauguração do Relicário, a “conquista do sonho” da casa própria e a sensação de segurança e certo distanciamento físico da favela (que remetiam a ideia de segurança) permaneceu em algumas falas como algo positivo. Morar nos “predinhos” também remetia a uma ideia de estabilidade da moradia.

Assim, a “bagunça” e o “condomínio” – este como um símbolo da representação da boa moradia, mobilizado pelos atores locais para marcar a distinção entre espaços – tornaram-se perspectivas morais operacionalizados discursivamente de forma ambígua no cotidiano da vida praticada. Ao longo do tempo configurou-se entre os atores locais uma forma do morar baseada em um permanente processo de *ajustamento de ordens*, tornando as rotinas entre a forma de organização condominial e o modo de vida da favela ordenamentos sobrepostos e negociados.

Dessa forma, esse texto procura problematizar as representações construídas sobre esse novo espaço de moradia a partir do olhar de seus próprios viventes e suas práticas

cotidianas. Sob uma perspectiva histórico-materialista a respeito dos processos de formação dos espaços urbanos (Lefebvre, 2001), considerando sua operacionalidade como o resultado da capacidade reflexiva dos atores de atuarem de forma crítica sobre suas próprias histórias, interesses e necessidades, busco entender como essas representações e seus ordenamentos se sobrepõem e concorrem entre si nesse novo universo da moradia popular no bairro do Complexo do Alemão.

Cabe reiterar que, a orientação teórico-metodológica privilegia a busca por compreensão por meio do olhar do outro considerando as relações que se sobrepõem em um campo de disputas narrativas, relações de poder e assimetrias de autoridades (Geertz, 1989; Clifford, 1995) sobre a produção de saberes distintos sobre um mesmo objeto estudado. Logo, não perco de vista a perspectiva reflete a inadiável necessidade de reflexão sobre os processos de interação, afetos e as construções das representações sociais. (Spink, 1993; Sá, 1998; Favret-Saada, 2005). Não cabe nesse momento aprofundar esse debate, no entanto, e não menos importante, reitero a atenção para um debate longe de estar acabado.

Introdutoriamente, para contextualizar o posicionamento dos atores e suas práticas dentro do conjunto Relicário, apresento brevemente o bairro, sua representação social na cidade do Rio de Janeiro e os princípios que orientaram a implementação do programa de urbanização voltado para as favelas da localidade. Como dado etnográfico, compartilho com o leitor algumas passagens de conversas, entrevistas e anotações do campo construídas ao longo dos meus cinco anos de pesquisa. Compondo o texto, breves narrativas que expõem as interpretações dos moradores sobre vida dentro do Relicário: as formas de organização interna e as práticas que recriam as rotinas da moradia popular na favela. Tais narrativas evidenciam expectativas ambíguas e ajustamentos de ordens no processo de adaptação a nova condição de vida. A “bagunça” e o “condomínio” sobrepostos como moralidades complementares.

### **O Complexo do Alemão e o “urbanismo social” do PAC-Favelas**

Atualmente, circundando os bairros suburbanos da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma, o bairro do Complexo do Alemão é formado por dezenas de favelas<sup>4</sup>. Seu tecido urbano é formado por uma diversidade de órgãos e de equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde), de instituições privadas e de caráter comunitários (como

organizações não-governamentais, institutos de pesquisa, associações de moradores), de comércio variado – supermercados, bancos, lojas diversas – em uma densa composição urbana. A região hoje é considerada uma das mais populosas do município, com mais de 100 mil habitantes<sup>5</sup> com características demográficas, econômicas, sociais e culturais atuais que nos remetem a uma típica cidade brasileira de médio porte<sup>6</sup>.

As origens históricas que retratam a emergência da moradia popular no Complexo do Alemão, localizado no Subúrbio da Leopoldina<sup>7</sup>, datam do final do século XIX<sup>8</sup>. Com a virada do século, as ocupações na região ocorreram sob forte influência das sucessivas reformas urbanas no centro da cidade que marcaram o início do século XX<sup>9</sup> e pelo intenso processo de urbanização e industrialização dos subúrbios que se desenvolveu por toda primeira metade desse mesmo século.

A primeira fase de ocupação do Complexo do Alemão, bem como dos subúrbios cariocas, anteriormente caracterizados pelo ar bucólico das grandes fazendas e chácaras, pode ser entendida, em grande medida, como o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e ideológicos (Abreu, 2013; Pereira da Silva, 2010; Fernandes, 2011). Tais fatores, que desencadearam um contínuo movimento de povoamento e permanência na região, podem ser apontados observando a crise habitacional que se instaurou na cidade devido ao rápido crescimento populacional provocado pelos efeitos da abolição da escravatura e da intensa migração de estrangeiros<sup>10</sup>, os incentivos econômicos dados pelos governos do período à iniciativa privada para a construção das primeiras “vilas operárias”<sup>11</sup>; o forte impulso gerado pelas instalações das primeiras fábricas da região<sup>12</sup>; a expansão da rede de transporte ferroviário<sup>13</sup>; e a “enorme inundação de terrenos baratos e vendidos a prazo para as classes trabalhadoras”, o que denota a constituição de um vultuoso mercado imobiliário na região (Fernandes, 2011. p.184).

Mais tarde, em meados dos anos 1940, ocorre um segundo fluxo migratório para a região em decorrência da facilidade de circulação de pessoas, matéria-prima e produtos proporcionada pela abertura de importantes vias rodoviárias como a Avenida Presidente Vargas (1944) e a Avenida Brasil (1946), bem como uma segunda onda de industrialização. As sucessivas reformas urbanas e regulações governamentais sobre as determinações para construções prediais e o uso do solo em diferentes áreas urbanas – como o Decreto 6000/1937 que especificou as zonas norte e oeste como zoneamento industrial da cidade (Abreu, 2013;

Miyasaka, 2011) – também foram determinantes para o crescente povoamento dos subúrbios. Abreu (2013) chega a afirmar que, entre 1946 e 1960, se estabelece, de fato, uma zona industrial na região do Subúrbio da Leopoldina.

Com o crescimento exponencial das construções informais resultante da lógica espoliativa e mercantil de formação das cidades (Kowarick, 1979; 2000), as sucessivas crises econômicas a partir dos anos de 1970 e a crescente militarização no conflito entre operadores do Comando Vermelho e policiais, que marcaram fortemente o cotidiano do Complexo do Alemão no início dos anos de 1990, a região passou a ser lida quase que, exclusivamente, como lugar do crime e da violência. A representação simbólica de todo o Complexo do Alemão foi impregnada nos/pelos meios de comunicação com os sentidos do chamado “mundo do crime”.

Em grande medida, parte dessa leitura esteve associada aos desdobramentos dessa conjuntura visível. O conjunto de ruínas e espaços vazios que as fábricas fechadas se tornaram, as explosões demográficas de décadas de desenvolvimento industrial e urbanização, os altos índices de desemprego, de analfabetismo e doenças na região, entre outros indicadores, passaram a ser o material substantivo para a reiteração de estigmas e preconceitos. Na trajetória secular interpretativa sobre os espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro, aquele antigo bairro outrora visto como o *habitat* do novo proletariado (Lefebvre, 2001) passou a ser construído no imaginário social e veiculado, sistematicamente, na imprensa como o lugar da criminalidade, da pobreza, da falta e da negação de vida.

Assim, sob a leitura da precariedade e da violência, o governo federal, em abril de 2008, com o apoio dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, anuncia o “PAC-Favelas”. Essa modalidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltado para as áreas com baixos índices de desenvolvimento humano foi implementado em quatro conjuntos de favelas<sup>14</sup>. Sua proposta, elaborada pelo Ministério das Cidades e gestores da Caixa Econômica Federal, tinha como objetivo “integrar” as favelas ao conjunto da cidade por meio de obras de infraestrutura e projetos sociais.

Ao longo de cinco anos, o programa realizou obras de saneamento, alargamento e pavimentação de ruas, vielas e becos, creches, escolas e conjuntos habitacionais. No Complexo do Alemão a obra do teleférico estruturou basicamente todo o programa. Por ele desencadeou-se grande parte das outras intervenções e ações, principalmente as relacionadas

à moradia e a processos indenizatórios. Ao final, com todo o aparato urbano construído, parte dessas edificações originárias do programa foi incorporada ao pacote de ofertas de serviços e de equipamentos públicos que compôs a marca do projeto “Cidade Olímpica”<sup>15</sup>.

Desde o início de sua implementação do programa, o PAC-Favelas prometera transformar a vida dessas pessoas por meio de um conjunto de projetos e ações que possibilitariam o desenvolvimento econômico e social do bairro, bem como o acesso aos variados equipamentos e serviços públicos disponibilizados pelo programa, incluindo, nesse pacote urbanístico, o recebimento de novas residências formalizadas e regularizadas. Todo esse aparato de técnicas urbanísticas, permeado pelo valor da “participação popular” ficou conhecido como “urbanismo social”. Esse modelo tinha como proposta o desenvolvimento socioterritorial de espaços segregados da cidade com associado a ideia de “inclusão social participativa” de moradores e “regularização da situação fundiária” das moradias.

A antropóloga colombiana Suly Roldán (2011) sugere que o conceito “urbanismo social” começa a circular como prática discursiva no período do governo do Prefeito de Medellín Sergio Fajardo (2004-2007), para se referir a um conjunto de ações que vão desde intervenções físicas no espaço à ações de desenvolvimento social. Em sua pesquisa sobre as práticas de urbanização de favelas desta cidade colombiana, a autora chama a atenção para rápida difusão que os ideários do urbanismo social adquiriram, dando força institucional às ações implementadas pela prefeitura da cidade colombiana.

Desde o início do PAC, as cidades do Rio de Janeiro, mais especificamente o bairro do Complexo do Alemão e Medellín (por meio das Comunas 1, 13 e Santo Domingo) foram, reiteradamente, aproximados pelos gestores públicos brasileiros. Para o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (2007-2014), “as experiências colombianas [podiam] servir de modelo para novas ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro nas [...] comunidades carentes”<sup>16</sup>. O projeto do teleférico, que em grande medida ditou o ritmo das obras no Complexo do Alemão, foi copiado<sup>17</sup> da experiência em Medellín. Por ele desencadeou-se grande parte de outras intervenções e ações, principalmente, as relacionadas à moradia e a processos indenizatórios. As ações do PAC Social (instância de ação social do PAC Obras) no Rio de Janeiro receberam prêmios internacionais<sup>18</sup> concedidos pelas agências de fomento – como a ONU-Habitat.

Aliado as entregas de construções e equipamentos públicos, a ocupação militar ocorrida em novembro de 2010 pelas forças armadas e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE) – amplamente divulgado pelos meios de comunicação – impunha à localidade a lógica da “retomada de território” do domínio territorial dos operadores do mercado varejista de drogas. O projeto de segurança pública com vistas a ocupação e a permanência de policiais militares nas favelas do Complexo do Alemão pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) colocava-se como a possibilidade de se estabelecer outro tipo de relação entre os moradores das favelas e policiais. Cavalcanti (2013) afirma que o PAC-Favelas e a UPP foram dispostos a “reconquistar” não só os territórios, mas corações e mentes de quem espera há décadas algum tipo de transformação em suas vidas, o que ela chamou de “PACficação”.

Com todos esses movimentos, o “novo começo para moradores do Complexo do Alemão” foi um mantra repetido como promessa messiânica, reiterado sistematicamente em discursos governamentais, nos encontros pessoais, nas falas dos técnicos, nos eventos de inauguração de equipamentos públicos (colégio, creches, unidades de atendimento de saúde) construídos no bairro. Um sistema de transporte suspenso, o “teleférico do Alemão” com dimensões faraônicas nos topos dos quatro morros do bairro, revelava a força operativa e o poder político-financeiro daquele conjunto de obras para uma população que se sentia esquecida e abandonada. A relação entre representantes governamentais e a população local consolidou o programa discursivamente como o meio para a inclusão social da favela à cidade formal. A perspectiva subjetiva da “nova vida” foi colocada como saída para os tempos de dificuldade na favela, gerando a esperança de reconhecimento social em seu caráter ético – certa busca por reconstrução identitária –, aliado ao ideal moral de “justiça”, como o direito a moradia garantido via política de redistribuição dos bens materiais (Fraser, 2007).

Com a mudança das pessoas para os novos conjuntos residenciais construídos pelo PAC e rotinização da vida dentro desses novos espaços de moradia, as leituras sobre o cotidiano passaram a mobilizar ordens de grandeza que interpretavam o antes e o depois, o antigo e o novo, o esperado e o vivido. Dentro do conjunto residencial Relicário, as críticas sobre as formas de organização interna tornaram-se constantes nas representações sobre o

espaço vivido. No entanto, de acordo com as necessidades e as ordens vigentes, tornaram-se ambíguos nos discursos sobre cotidiano.

### **Em busca do “enclave”: expectativas e frustrações nos “predinhos”**

Como indiquei na introdução, o conflito entre a manutenção ou o fechamento da passagem pelo muro evidenciou o um dos desdobramentos prático-sensíveis da política de remoções e realocações de moradores para os chamados “condomínios do PAC”. Depois de um longo processo de participação popular em torno do acesso e da obtenção de apartamentos do PAC, pessoas, historicamente situadas em um mesmo território e com perfil socioeconômico e trajetórias pessoais muito próximas, passaram a estabelecer relações que geravam distinções entre si. Por um lado, argumentos que buscaram justificar a tentativa de impedir a manutenção do portal explicitaram um primeiro desejo de separação e diferenciação entre o Relicário e a favela vizinha: “a gente não quer esses favelados passando por aqui por dentro. Aqui agora é um condomínio!”, repetiu diversas vezes ao seu grupo um dos moradores envolvidos no embate com seus vizinhos de muro. Por outro lado, a resistência à separação dos que ficaram “de fora” e exigiam a manutenção do portal: “não tem essa de separar, aqui todo mundo é igual”. A proposta do PAC em manter as pessoas em seus locais de origem após as realocações parecia ter gerado o efeito inverso do que propunha o projeto: de integração e permanência do convívio entre as partes.

Naquele primeiro momento a vontade de impedir a passagem dos “favelados” pelo muro me indicou o que poderia ser o princípio de um processo de segregação socioespacial dentro do bairro. Minha primeira suspeita sobre esse primeiro desdobramento da política de urbanização do PAC era a de que havia um forte desejo de parte daqueles moradores de se distinguirem, socialmente, de seus pares, em um exercício próximo ao que Conceição (2016) chamou de “projeto de limpeza moral”: a busca pela constituição de um *ethos* diferente dos seus pares favelados como uma maneira de se reinserir “na cidade de forma menos estereotipada e como sujeitos de direitos” (*Op.cit*, p. 21). A construção ideológico-discursiva sobre o “novo começo” de vida apontava para aquele comportamento hostil de parte dos moradores do Relicário em relação aos seus pares que, até pouco tempo, estavam na mesma situação. Havia nas falas e nas posturas diante do todo uma vontade de distinção. A

possibilidade de constituírem o registro formal das suas novas propriedades e o acesso mais facilitado aos bens e serviços da cidade mostravam-se reais.

Ao mesmo tempo o processo de participação seletiva do PAC e os privilégios gerados pela política clientelista do programa geraram um ambiente de muitas disputas e desconfianças mútuas entre os que “ganharam os apartamentos” e os que não “ganharam”, entre os “de dentro” e os “de fora” do “condomínio”. Da parte de quem ficou “de fora”, o próprio termo “ganhar”, muito utilizado por eles, evidenciava a maneira como aquela relação entre governo e população era interpretada no processo de aquisição do bem, quase uma dádiva.

A individualização personalista dos mecanismos de atendimento dos pedidos e demais necessidades postas na arena do PAC – comportamento recorrente na relação entre gestores públicos e moradores – havia tornado as relações entre vizinhos históricos bastante conflituosas. Acusações de recebimento e acúmulo ilegal de mais de uma unidade habitacional por pessoa, com recorrentes transações de compra, venda e aluguel em um mercado imobiliário informal; a evidência de pessoas desabrigadas ou removidas não contempladas pelo Programa gerou, obviamente grande indignação que se desdobrou em discursos de crítica às pessoas envolvidas e a forma como os governos implementaram o Programa.

Em grande medida, a hipótese da segregação socioespacial aparecia nas falas e nos posicionamentos dos moradores do Relicário quando enfatizavam a sua chegada ao novo padrão de moradia caracterizada como uma “vitória” individual. Muitos que reivindicaram a necessidade de separação foram inseridos no programa de realocações após estarem em condição de desabrigado e/ou viver em condições físicas muito precárias, nos topos dos morros do bairro. Alguns em condições de vida muito adversas após as fortes chuvas de abril de 2010. No entanto, haviam “conquistado” a mudança de vida por meio de seus empenhos pessoais. O mérito inseria-se como um valor sobre os desdobramentos das ações. A chegada ao apartamento tornou-se um valor distintivo baseado na competência e na astúcia da capacidade de negociação com atores em posições de alto escalão do governo. A realização de um desejo como resultado de suas estratégias pessoais.

Sob uma perspectiva radicalmente individualizada da ação, alguns comparavam suas performances “vitoriosas” diante do caos das chuvas e perante o governo com o

comportamento de outras pessoas que “não queriam nada, que não corriam atrás”, como repetiu diversas vezes Dandara, moradora do bloco D do Relicário. Uma trajetória de “luta, suor e mérito por seu esforço”, mesmo considerando os “problemas do PAC”, como gostava de dizer:

*Bruno, vou te dizer: quem correu atrás conseguiu, entendeu? Eu fiquei atrás da Dona Rute, do Seu Ícaro, de você [...] não descansei enquanto não consegui um apartamento pra mim e pras minhas irmãs. Fui vitoriosa. Agora, tinha muita gente que achou que ia cair do céu, que o governo ia chegar e resolver tudo pra ele. Não queriam nada, não correram atrás! Foi com muita luta e suor que eu consegui chegar até aqui. O PAC era cheio de problemas [...] uns com mais, outros com menos [...] mas, eu ia ficar reclamando? Fui pra cima deles! Agradeço todo dia a Deus pelo meu apartamento. Também mérito meu, do meu esforço pessoal.*

Aliados ao sentimento de merecimento, as aparentes distinções entre as pessoas e as divergências nas representações sobre os limites físicos e simbólicos entre os condomínios do PAC e a favela também tiveram como base argumentativa o conteúdo disciplinador e moral da moradia de tipo condominial, apresentado pelos gestores públicos como instrumento de preparação para a nova realidade dos “favelados”. Após a consolidação da lista final para o sorteio e a definição de todos os nomes que seriam de fato contemplados com um apartamento, os moradores que “ganharam” (ou “conquistaram”) os apartamentos participaram de reuniões intitulados “encontros de integração”. Iniciava-se assim a preparação para a moradia em condomínio sob um conjunto de valores que constituíam uma outra moralidade no morar popular na cidade.

### **Os “encontros de integração” e a preparação para o condomínio**

Pautados pelo Caderno de Orientação do Trabalho Social (COTS) e pelo Plano do Trabalho Técnico Social (PTTS), diretrizes para implementação do PAC-Favelas previamente formuladas por gestores do programa federal, esses encontros de integração foram divididos em três módulos de participação: os dois primeiros voltados para “preparação” das pessoas para morar em um modelo residencial de tipo condominial e o último com o objetivo de formar e “capacitar” as comissões gestoras condominiais. No final, os dois módulos totalizavam cinco encontros presenciais

Partindo sempre de uma representação negativa sobre o comportamento das pessoas moradoras de favelas, a pedagogia dos “encontros de integração” tinha como caráter reconstruir valores e princípios da vida urbana dos “favelados” por meio de diretrizes e normas que se assemelham a um verdadeiro “processo civilizador” (Elias, 1993; 2011). Como forma de instrumentalizar esse processo, utilizou-se de um aparato prático-discursivo – aqui direcionado à população pobre atendida pelo programa – que aproxima-se do que Foucault (1979; 1989) definiu como dispositivo com fins a “governabilidade” do Estado sobre os indivíduos. Esse dispositivo pode ser entendido como uma rede de técnicas, discursos, procedimentos, leis, medidas administrativas, entre outros mecanismos disciplinares “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1989, p. 126). Em última instância, visam a consolidação de uma certa ideia de biopolítica, ou seja, a disciplinarização comportamental dos sujeitos por meio de práticas naturalizadas e reificadas de autocontrole do próprio corpo. Em grande medida, a perspectiva procedimental do PAC foi a mesma observada em mais de oito décadas de sucessivas políticas de urbanização e habitação de interesse social, como por exemplo, os discursos de controle e de gestão da pobreza presentes nos projetos dos Parques Proletários e dos conjuntos habitacionais do extinto BNH, como aponta Conceição (2016). Os encontros de integração tinham sobretudo um caráter pedagogizante e disciplinador. Somente cumprindo 75% de assiduidade, as pessoas estariam preparadas, geridas, civilizadas e habilitadas para receber as chaves do apartamento.

Toda essa mudança causava grande expectativa, ansiedade e muita insegurança com o novo que estava por vir. As regras de convivência apresentadas pelos tutores baseavam-se no modelo condominial de organização interna da moradia coletiva. Junto com o novo comportamento a ser praticado nos condomínios do PAC, os tutores explicavam a necessidade de formarem comissões e elegerem um síndico como representante legal dos moradores. Para o modelo proposto tornava-se imprescindível a formação e a consolidação de um aparato jurídico-burocrático de organização daquele novo espaço. Para o “novo começo” era preciso consolidar o que pode ser entendido como uma “gestão condominial do espaço”, ou seja, um conjunto de normas e procedimentos que orientam a organização política e financeira do espaço de moradia baseado na formalidade da representação jurídica

dos moradores. É nesse momento que surgem os síndicos, os conselheiros e as comissões gestoras do “condomínio do PAC”: os novos grupos e lideranças forjadas pelo programa para organizar o espaço vivido.

Após a escolha dos futuros representantes, esses passavam por mais uma série de encontros para a formação do que foi nomeado como “comissões gestoras”, entendidos como grupos de moradores “capacitados” para gerir o “condomínio”. Naquele momento também tive a oportunidade de acompanhar alguns desses encontros como gestor do PAC: uma técnica do Trabalho Social reunia-se com os futuros gestores iniciando o terceiro módulo de formação que incluía três encontros que funcionavam como a segunda fase de preparação para morarem em um formato condominial de organização residencial. No entanto, aqueles escolhidos seriam os responsáveis pela condução da nova ordem. Ao término do curso estariam habilitados para exercer suas funções de síndico e conselheiros. No “cursinho de síndico”, como chamavam os participantes, as pessoas tinham contato com os procedimentos técnico-burocráticos para gerir um condomínio. Eram ensinadas, por exemplo, como realizar convocações e assembleias ordinárias e extraordinárias, como elaborar atas, como controlar de finanças e prestar contas aos demais condôminos, etc.

Cabe ressaltar que todo esse processo se mostrou contraditório desde o início, pois, ao mesmo tempo em que buscavam instituir outro padrão de comportamento e de vida por meio da inclusão participativa da população, reafirmaram leituras estereotipadas desse mesmo público, impondo um conjunto de normas disciplinadoras. Conceição (2016) faz uma crítica importante sobre a forma como esses cursos foram concebidos e operacionalizados. Ele ressalta essa contradição no próprio teor das orientações do Caderno de Orientação do Trabalho Social (COTS, 2007), pois, da mesma forma que buscava ressignificar espaços, reafirmava-se estereótipos de pessoas e práticas. Nas palavras de Conceição,

ao mesmo tempo em que insistem na construção de um processo com plena participação do beneficiário, dando a ele um papel importante no projeto [de construção de uma nova realidade], apresentam uma leitura estereotipada dele, partindo do princípio da necessidade de ser educado em regras básicas de higiene, de cuidado com o patrimônio e até de controle do orçamento familiar. Subestimam a ordem social à qual esses sujeitos pertencem e se propõem a discipliná-los, até nos aspectos mais privados da vida, como higiene e gastos. (Conceição, 2016, p. 174).

No entanto, como resultado final, pelo menos na dimensão da implementação do programa, todo esse arcabouço instrumental-legal do PAC-Favelas instituiu a ideia e a forma condominial como mecanismo capaz de organizar e regular aquele novo espaço compartilhado de moradia. Principalmente, para os síndicos e conselheiros, o condomínio logrou-se como uma instituição, tendo como referência os instrumentos e mecanismos jurídico-governamentais postos como meio para a gestão do espaço, capazes de fomentar a constituição de um outro modo de vida. Eis aqui os elementos centrais para uma primeira análise sobre aquele primeiro comportamento autosegregador dos novos residentes de condomínio em relação ao entorno, a favela.

### **A ordem esperada: a condominial**

Ao longo da pesquisa, minha leitura inicial sobre a disputa em torno da passagem do muro foi ganhando outros contornos, à medida que eu conversava com diversos moradores e observava suas práticas no interior do Relicário. Com o tempo, a interpretação sobre a vontade de se separar do entorno foi se revelando como algo que estava além de um “elemento purificador” (Conceição, 2016) – uma limpeza moral em relação à favela ou uma supressão do estigma do ser favelado – e de um elemento meritocrático – um entendimento centrado no esforço individual como a causa para o sucesso ou fracasso na sociedade.

Não que tais elementos não existissem nas falas dos moradores, mas esses, como mecanismos únicos de segregação (como eu havia imaginado), pareciam não se sustentar. Dandara, uma das primeiras moradoras que conheci, reclamava do “ritmo de cadeia dos predinhos”, isto é, cada um no seu apartamento, isolado, como em celas individuais, mas vigiados por um “olho que via tudo”, como afirmou. Ela denunciava uma postura individualizada dos vizinhos, mas ao mesmo tempo afirmava que “todo mundo toma conta da vida do outro”. Essa constatação remetia a um processo de socialização que vinculava-se a dinâmica de organização da própria localidade. Ou seja, ao mesmo tempo que os apartamentos isolam, mantém a dinâmica de uma espécie de controle social comunitário.

Além disso, mesmo com as críticas ao outro lado do muro, havia também o “orgulho” de ser do Complexo do Alemão. Os “Relíquias” (grupo de homens nascidos no Complexo do Alemão), por exemplo, eram moradores do condomínio, mas que se orgulhavam de serem “cria da favela”, ou seja, nascidos e criados em um local reverenciado quase sempre de forma

positiva. Ser favelado, em muitas ocasiões, foi mobilizado como identidade de luta e de resistência, frente as dificuldades da vida. As mesmas pessoas que, no momento da disputa pela passagem do muro queriam o seu fechamento, em outras ocasiões, batiam no peito e repetiam: “Aqui só tem guerreiro, é na favela que a gente aprende o que é a vida”. Desse modo, mais que um elemento de “limpeza”, o que começavam a surgir nas falas dos moradores era seguinte questão: *a necessidade de ordem*. Aqui em seu sentido moral e operativo.

A crítica começava a girar em torno do tipo de rotina vivida. Era o ordenamento interno do Relicário que começava a surgir como questão para os moradores, principalmente para os síndicos, as pessoas “formadas” pelo PAC para gerir o espaço condominial. Uma frase emblemática de Seu Moisés, síndico do Bloco K exemplifica bem a questão: “Aqui não tem essa de separação, aqui é tudo favelado, tudo Complexo do Alemão. O que a gente não quer aqui dentro é essa bagunça aí de fora”.

Com o tempo a promessa de uma “outra ordem do morar” estabeleceu-se como meta a ser alcançada para um pequeno grupo de moradores, entre eles, os síndicos e os membros das comissões gestoras recém-formadas. O objetivo desse grupo foi buscar formas de organizar o espaço do Relicário contrapondo-se a “desordem” da vida nas favelas. Tal meta estava em consonância com o que haviam escutado ao longo de todo o processo de “formação” para a moradia nos “condomínios do PAC”. Diferentemente dos “condomínios populares” (Conceição, 2016) formatados dentro do padrão construtivo do Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>19</sup> (PMCMV), os “condomínios do PAC” não possuíam os equipamentos necessários para consolidar uma lógica de *condomínio fechado*. A configuração do Relicário é aberta, ou seja, as vias internas são logradouros públicos e o terreno como um todo constitui-se como um espaço público. Assim, a disputa pela passagem pelo muro demonstrou-se como uma primeira tentativa de materializar uma outra institucionalidade – a condominial – como mecanismo de reconfiguração das relações no cotidiano do bairro.

Moradores como Mateus incorporaram os valores dessa nova instituição e acreditaram que podiam “fazer diferente” a partir daquele aprendizado. Assumiram de imediato o papel de síndico e o conteúdo simbólico do “condomínio fechado”. Viver em um condomínio significou a possibilidade de um “novo conceito de moradia” (Caldeira, 2000, p. 265). A forma como os blocos de apartamentos foram dispostos no terreno, lado a lado

em um espaço fisicamente delimitado, contribuindo para engendrar a perspectiva de um todo condominial. Assim alguns moradores vislumbraram a possibilidade de “fechar” o Relicário com grades e portões. Chegaram a sugerir a construção de uma guarita para controlar a entrada e a saída de pessoas.

Todo esse arcabouço valorativo e instrumental-legal, posto pela política de urbanização do PAC, esteve ancorado nos princípios da “moradia de classe média”, próximo do que Teresa Caldeira (2003) definiu como “enclaves fortificados”. A autora afirma que esse tipo de moradia coletiva remete a um processo contínuo de autosegregação e que está associada a um padrão de moradia e de estilo de vida vivenciados pelas classes média e alta. Por meio desse padrão, constrói-se um tipo de relação e convivência específicos entre os moradores dos “enclaves” e o restante da cidade. Trata-se de um padrão marcado fortemente pelos discursos da segurança privada, em que tudo aquilo que está fora da circunscrição condominial é representado como perigo ou o lugar do “crime violento”. Nas palavras de Caldeira (2003, p. 211):

Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produziu as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados. Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelos ricos”. (Idem, p. 243).

Vale destacar que os “enclaves fortificados de classes médias altas e altas”, problematizados por Caldeira (2003), servem aqui como um “tipo ideal” (Weber, 2005) para pensar a relação entre o “dentro” e o “fora” do espaço condominial. Os “enclaves” de classe média alta surgem como uma forma de autosegregação socioespacial em relação ao outro distante social, cultural e economicamente. A autosegregação dos ricos se dá sob o signo do medo da pobreza, do desconhecido, da diferença e do estranho à eles. O outro é entendido como perigo iminente para as suas integridades físicas e as suas garantias patrimoniais. Além disso, há a própria vontade de se distinguir social e culturalmente, delimitando espaços das cidades como o local das “residências de prestígio” (Idem, p. 258). Fronteiras que são índices de certo posicionamento de classe e de um pertencimento aos círculos sociais associados aos grupos abastados. Divisões características das metrópoles marcadas por profundas

desigualdades socioeconômicas. Já os moradores do “condomínio” do PAC Relicário a princípio, mostraram-se dispostos a se autosegregar em relação a um outro próximo, isto é, aquele que é conhecido, que convive lado a lado, que mora na mesma favela, em condições socioeconômicas semelhantes e que, ao mesmo tempo, vive as consequências da segregação socioespacial em relação ao restante da cidade formal.

No entanto, poderíamos aproximar os enclaves abastados do “condomínio” do PAC em um aspecto, basicamente: a segurança. Esse elemento ontológico constitutivo da sociabilidade da modernidade (Giddens, 1991) configura-se como a possibilidade para se organizar as relações sociais de maneira rotinizada em um mundo marcado pelo medo, a fragmentação das individualidades e o desencaixe das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em extensões indefinida no tempo-espço (Idem, p. 31). Em outras palavras, aqui, a representação do condomínio fechado realça a busca das pessoas por um ambiente em que as relações de confiança possam se estabelecer como princípio gerador de segurança em um ambiente de riscos, um lugar de proteção contra os perigos. No entanto, essa busca para Giddens, é mais “uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Idem, p. 37), ou seja, a segurança almejada sempre implicará em um cálculo dos atores com relação aos riscos e os perigos que qualquer um está sujeito em diferentes e relacionadas dimensões da vida social.

No caso do Relicário, a busca por segurança estava condicionada pela necessidade de sua garantia em três dimensões complementares: 1) a “segurança jurídica” da propriedade privada, almejada por pessoas que, ao longo de suas vidas, moraram em casas no morro em condições de informalidade (sem qualquer tipo de título de propriedade ou posse) ou somente com reconhecimento local (com as declarações de propriedade concedidas por associações de moradores, muitas vezes, questionados até mesmo em disputas locais); 2) a “segurança da construção”, quando comparadas com casas que desabaram ou estavam em risco eminente de deslizarem dos morros na primeira chuva forte; e 3) a “segurança da localização” por estarem mais distantes das áreas de confrontos e tiroteios entre policiais e operadores do mercado de drogas. Além disso, a ideia de condomínios levou as pessoas a vislumbrarem a possibilidade de instaurar um sistema de proteção contra crimes (invasão de propriedade privada, roubos, entre outras violações) que envolve um aparato composto por equipamentos

e uma tecnologia que permita proteger a vida interna do mundo externo: muros, grades, guaritas, seguranças privados, câmeras etc. foram vislumbrados por muitos moradores logo que chegaram no Relicário. Com relação a esse último ponto há uma clara intenção, principalmente por parte dos síndicos, de se estabelecer algum grau de ruptura com uma ordem social fortemente marcada por uma “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2004a; 2004b; 2008; 2016 [1976]), onde a insegurança e as imprevisibilidades estruturam o cotidiano.

Machado da Silva defende que a “violência urbana” configura-se como uma representação social, ou seja,

uma categoria que destaca e recorta aspecto das relações que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nas situações consideradas. Mas como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, um dimensão prático-normativa institucionalizada, ainda que informalmente, que não pode ser desconhecida. (MACHADO DA SILVA, 2008, P.37)

Para o autor, “violência urbana” institui-se como categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas do qual a força é um princípio de coordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Nessa representação os “traficantes de drogas” seriam, em última instância, aqueles que são significados como “portadores” dessa violência, “porque sua atividade, mais estável e duradoura do que as outras modalidades de crime” (Idem, p.37) exerceria sobre a violência urbana uma força centrípeta.

Sendo essa “violência” sentida por todos na sociedade, para Machado da Silva é na favela e nos espaços periféricos da cidade que ela existiria de maneira mais dramática. Nesses espaços, as pessoas vivenciariam, cotidianamente, uma ordem baseada quase que, exclusivamente, na força, não havendo qualquer possibilidade de insubordinação das pessoas. A “sociabilidade violenta” expressa “uma ordem social mais do que um conjunto de comportamento intersticiais, isolados uns dos outros e sem continuidade no tempo” (p.41).

Essa sociabilidade “provêm de um complexo orgânico de práticas e não de ações individuais (*Idem. Ibidem*).

Em sua dimensão prática, a expectativa de formação de um condomínio fechado no Complexo do Alemão foi subsidiada pela representação da violência urbana, tal qual colocada por Machado da Silva. Ademais, tal expectativa esteve diretamente relacionada com a força do operativa da facção do Comando Vermelho, grupo que controla a venda do varejo das drogas no território. A forma como esse grupo criminoso se desenvolve e se estrutura na dinâmica do território impõe aos seus habitantes uma série de regulações que visam tanto o pleno funcionamento do negócio, quanto o controle das relações entre as pessoas e suas práticas cotidianas. Demarcação de espaços livres no morro, autorizando quem pode ocupar e construir, interferência em processos eleitorais, a definição de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, a interlocução com atores públicos na definição de critérios para a implementação de políticas públicas, escolha de quais partidos e candidatos estão autorizados a fazer campanhas eleitorais nos morros são todos exemplos sobre o tipo de controle exercido por essa organização.

Paralelamente, ao longo das últimas décadas, com o crescimento e o fortalecimento econômico e armamentista do Comando Vermelho, os espaços das favelas tornaram-se altamente militarizados. Os confrontos crescentes entre os grupos armados e policiais militares e civis – seja por meios das incursões, seja pela permanência de policiais militares com as UPPs, ultimamente, reforçada pelas ações pontuais das Forças Armadas na “guerra as drogas” – acabaram por tipificar e materializar esses espaços como “territórios da violência na cidade” (Leite, 2014, p. 627). As representações das favelas como o espaço dos tiroteios, das invasões policiais, dos confrontos armados entre facções inimigas em disputas pelo controle territorial e do comércio de drogas, o espaço das mortes violentas e precoces ampliaram o desejo dos moradores de isolar o Relicário do restante do Complexo do Alemão. Recomeçar a vida, também, significou distanciar-se da “violência urbana” da favela (Machado da Silva, 2008) e de suas consequências na vida prática cotidiana.

Assim, a tentativa de fazer dos “condomínios” do PAC um tipo de enclave popular esteve orientada pela busca por distanciamento dessa ordem social. A lógica condominial apresentou-se como a possibilidade de estabelecer um outro ordenamento interno, a partir do protagonismo de novos atores e grupos sociais locais, como por exemplo, dos síndicos.

Desse modo, desde os primeiros momentos de desabrigo aos caminhos percorridos para a aquisição dos apartamentos, submetidos a uma permanente construção prático-discursiva dos novos condomínios do PAC, como os espaços dotados de capacidade para o recomeço de vida que se anunciava para os moradores do Complexo do Alemão, o Relicário passou a ser vislumbrado como um condomínio fechado. No entanto, ao circular e ouvir os moradores no interior do Relicário, ficou evidente que tal expectativa não havia se concretizado. Uma série de práticas, arranjos políticos locais e necessidades que caracterizam, em parte, a vida na favela impuseram-se sobre o modelo condominial almejado por alguns moradores. A separação ente favela e condomínio ficou nas expectativas e desmanchou-se no ar.

### **A dinâmica da favela e a integração “pra dentro”**

Diferente do que eu havia imaginado antes de iniciar a pesquisa, aquela distinção inicial não se desdobrou em uma segregação socioespacial no bairro. Pelo menos, no que diz respeito a uma separação radical entre dois lados. O muro permaneceu aberto e as pessoas transitando permanentemente pelo portal. As entradas frontais do Relicário são amplamente abertas e utilizadas por todos os moradores de dentro e de fora. Circulando, conversando e observando a dinâmica da moradia no interior desse conjunto de apartamentos, se havia algum desejo de separar o Relicário do seu entorno, fomentado a ideia de inclusão e reconhecimento social por meio da representação de “condomínio fechado”, segregando-o das favelas do entorno, esse desejo foi desfeito no cotidiano da vida no bairro. Foi dissolvida na própria dinâmica social e política do bairro pelas condições de vida das pessoas residentes na localidade.

A possibilidade de acesso às garantias formais e legais, aos bens e aos serviços da cidade aconteciam de maneira relativa, aproximando assim as condições de vida dos moradores do Relicário do restante das pessoas do seu entorno. Ao mesmo tempo em que estão próximos da área formal da cidade e o acesso a alguns serviços públicos acontece de maneira mais facilitada – pontos de ônibus, bancos, comércio etc. –, a maior parte deles ocorre de maneira parcial: pela dependência de um contato ou de um conhecimento pessoal que possibilite acessar a escola, o hospital, as clínicas públicas municipais (como as UPAs), seja pela risco permanente de diversos conflitos armados entre policiais e operadores do

mercado de drogas no bairro como um todo; pelo desemprego e a instabilidade gerada pela informalidade do trabalho, pelas dificuldades financeiras para pagar débitos domésticos elementares (como contas de luz, água, gás, alimentação, entre outros). Todos esses fatos colocam em questão os objetivos mais elementares do “urbanismo social” e qualquer processo do que pode ser entendido como inclusão social e reconhecimento da cidadania.

A fala de D. Sulamita, outra moradora com quem tive muitas conversas, ao queixar-se das frequentes dores nas pernas e nos ombros devido ao esforço contínuo que realiza na sua birosca, exemplifica bem essa precariedade do acesso à cidade. Em muitas ocasiões, quando nos encontrávamos falava da ausência de médicos na Unidade de Pronto Atendimento construída pelo PAC no Complexo do Alemão. Dizia: “Aquilo ali não presta não. Nunca tem médico. Se depender daquilo ali a gente morre. Só consigo mesmo umas aspirinas e olhe lá!”. Essa era uma queixa permanente de moradores que moram nas favelas do entorno. Ainda na área da saúde, um outro ponto que reafirma essa relação entre favela e Relicário é a forma como funciona o Programa Saúde Presente<sup>20</sup>. As duas agentes de saúde que atuam nas favelas do entorno são a mesmas que atendem no Relicário.

Ainda no âmbito das dificuldades que aproximam os espaços, a própria regularização do Relicário como moradia formal ainda não ocorreu. O Relicário e demais “condomínios do PAC” não possuem registro de formalização junto aos órgãos e instituições municipais responsáveis, como a Secretaria Municipal de Habitação e os cartórios de registro de imóveis da cidade. Segundo o diretor de assentamentos urbanos do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), órgão responsável pela regularização fundiária desses conjuntos residenciais do PAC-Favelas, não só a regularização do Relicário, mas também de outros conjuntos estiveram paralisados nesses últimos sete anos. Há uma série de pendências para a conclusão do registro que vão da ausência de habite-se<sup>21</sup> à falta de uma listagem final consolidada com informações sobre a documentação exigida no período de cadastro para o sorteio dos apartamentos (CPF, Identidade e comprovante de residência anterior). Não custa ressaltar que sem a conclusão dessas regularizações formais não é possível emitir qualquer título de propriedade dos imóveis aos moradores.

Logo após a entrega das chaves dos apartamentos, as famílias no Relicário receberam um documento intitulado “Autorização Provisória de Ocupação” (APO) que, em última instância, era a única comprovação de participação dos responsáveis familiares em todo o

processo de indenização. Vale lembrar que esse processo envolveu várias etapas: primeiro, a constatação técnica e o cadastro das pessoas que tiveram suas casas impactadas pelas obras do PAC ou pelas chuvas e deslizamentos de terra; segundo, o recebimento das chaves via sorteio, além da assiduidade nos “encontros de integração”. Por fim, para que recebessem o título de propriedade do imóvel seria obrigatório que cumprissem uma carência de cinco anos imposta pelas regras do Programa Federal, que alegava ser uma medida necessária para impedir que as pessoas vendessem seus apartamentos logo após o recebimento.

Essa APO tem a validade legal de cinco anos, pois tinha como função somente assegurar que os residentes dos imóveis eram os mesmos que participaram de todas as etapas dos procedimentos do PAC até a entrada na moradia. Como diz o próprio documento, uma autorização provisória. Sem a titularidade concluída, legalmente, os moradores encontram-se em situação irregular, não podendo, por exemplo, alugar os imóveis. As pendências para a formalização seriam três: a complementação dos cadastros de “beneficiários”; a instituição do condomínio junto ao cartório de registro de imóveis do município e a autorização governamental para oficializar o instrumento de titulação (no caso aqui a doação).

Essa situação jurídica do Relicário coloca os moradores que, por diversos motivos, passam a negociar os apartamentos no mercado imobiliário (vendendo-os ou alugando-os para terceiro) em condição de ilegalidade. Conseqüentemente, toda a negociação passa a se desenvolver às margens da jurisdição que regulamenta essas transações. D. Judith contou-me que não podia ficar esperando “a boa vontade do governo” em resolver a situação do seu apartamento para sair do Relicário. Após tornar-se viúva, viu-se obrigada a sair e vender o apartamento, pois, já idosa e com problemas de saúde, não podia permanecer sozinha no local, conforme relatou-me: “olha, se eu for esperar o governo me dá o meu documento – que eu tenho direito – eu morro aqui dentro. Vendi e venderia de novo. Muita gente faz isso aqui, não sou só eu. Tenho que viver!”

No futuro, com a regularização concluída – mas sem previsão de quando isso ocorrerá –, de acordo com a explicação do diretor do ITERJ, cada um dos vinte e dois prédios do Relicário deverá ser constituído como um condomínio, independente, onde será feita a subdivisão das partes de área comum no interior de cada prédio por cada futuro proprietário. Quando questionei sobre a regulação dos espaços externos, as áreas de uso comum, como essas seriam divididas no particionamento da propriedade, o diretor não soube responder

como ficaria tal divisão entre os condôminos. Os moradores do Relicário e demais condomínios do PAC receberão (um dia) a titularidade dos imóveis por meio da modalidade “doação”. Ao mesmo tempo todo espaço do terreno externo aos blocos constitui-se como público, cortados por logradouros públicos. No momento, a propriedade do terreno é estatal.

Todo esse entendimento gera dúvidas quanto a própria natureza do local. Ao mesmo tempo, sua disposição morfológica propõe uma configuração unitária como um condomínio único assim como os condomínios de classe média, o que causa dificuldades até mesmo para denominar esse tipo de conglomerado de prédios de apartamento: é condomínio? É conjunto habitacional? É conjunto residencial? Ou, simplesmente, são os “predinhos do PAC”, como chamam seus residentes? Questões e representações que se sobrepõem no cotidiano da moradia popular nos agora nem tão novos conjuntos residenciais do PAC.

Por fim, em uma dimensão política e da organização interna dos espaços, cabe destacar duas situações: a baixa adesão e o não-reconhecimento da representatividade interna e o papel informal dos síndicos na gestão dos blocos e o desmonte das comissões gestoras. Esta questão está diretamente relacionada com a maneira como a associação do Relicário constituiu-se ao longo do tempo e a sua relação com outras representações políticas do bairro. Indica também a maneira como o Relicário situa-se no contexto das favelas do Complexo do Alemão. O fato do síndico configurar-se de maneira cada vez mais informal, também revelou que as suas possibilidades de atuação foram determinadas, em grande medida, por relações assimétricas de poder quando referenciadas a uma ordem externa ao Relicário. A relação de forças entre a busca por representação dos síndicos e a incidência do “tráfico” como grupos organizadores do espaço vivido provocou o que eu chamei de *ordenamentos ajustados da moradia popular*.

#### **A informalidade dos síndicos e o fim das comissões gestoras**

Sob a perspectiva da ordem condominial, os síndicos, ainda existentes, organizavam, minimamente, os espaços internos dos prédios, mas, de maneira informal, como “lideranças prediais”. Suas funções giravam basicamente nas ações de mobilização de moradores para a arrecadação de dinheiro, quando necessitavam realizar algum reparo nas estruturas internas dos prédios. Muitas vezes, assumiam os custos e “tiravam do próprio bolso”, pois, nem

sempre havia o interesse, o envolvimento e a participação dos outros condôminos nos problemas, que diziam respeito ao interesse de caráter mais coletivo.

Dos vinte dois blocos, constatei que somente seis possuíam um morador reconhecido pelos demais como síndico – blocos K (Moisés), L (Amós), U (Tomé), N (Madalena), H (Mateus) e A (Josimar, Presidente da Associação de Moradores do Relicário). Quatro permaneciam desde a primeira eleição realizada no período de formação das “comissões gestoras” feita pelos técnicos do Trabalho Social do PAC, há pelo menos sete anos atrás. Dois deles saíram do cargo e foram substituídos por outros moradores: Madalena que teve seu mandato encurtado devido um conflito com um morador e Tomé que desistiu da tarefa por achar que estava sozinho à frente das questões do prédio. Alegou falta de colaboração e participação dos demais condôminos.

Desses seis síndicos, somente Madalena disse-me possuir na época em que estava como síndica, uma estrutura de gestão interna com conselheiros que faziam a fiscalização das ordens de pagamento e do livro do condomínio. No restante dos dezesseis blocos as pessoas organizavam-se para resolver problemas pontuais, como por exemplo, a troca de uma lâmpada ou vazamento nas tubulações internas. Porém, segundo muitos moradores, por diversas vezes, nada era feito, até que uma pessoa se prontificasse, individualmente, em resolver a questão. Ao longo da pesquisa, em todas as conversas que tive com síndicos, não identifiquei qualquer ata de reunião ou documento que formalizasse algum encontro ou decisão de cunho coletivo.

A gestão desses blocos foi permeada por conflitos e desconfianças mútuas, entre “condôminos” e “síndicos”. Essa foi uma questão que surgiu em todas as conversas que tive com os síndicos. Tomé, Madalena e Mateus disseram-me que sempre havia uma acusação direta ou implícita sobre a idoneidade de suas condutas à frente dos prédios. Acusações de desvios e apropriação indevida dos recursos arrecadados eram frequentes. Machado-Martins (2016) apontou situação parecida em uma experiência de moradia popular, onde os síndicos tornaram-se figuras polêmicas e sempre pairava a suspeita de desvio e/ou má gestão condominial. Os críticos sempre argumentavam que “o valor pago não era revertido em benefício [dos demais], mas incorporado pelo síndico” (Op. Cit. p. 207). A percepção mais geral deles e de outros moradores no Relicário era a de que “essa coisa de síndico não deu

certo”, frase comum em todas as falas. Quando perguntei sobre o porque desse “fracasso” eles apontaram para cinco “problemas” que listo a seguir:

- A falta de interesse dos demais moradores, deixando os síndicos sobrecarregados – aqui, não só relacionada ao interesse sobre os assuntos, mas no próprio compromisso com a contribuição mensal da taxa condominial. Tomé contou que no seu período de gestão a taxa chegou a ser de R\$ 10,00 e mesmo assim ninguém contribuía;
- a alta expectativa dos moradores sobre a atuação individual dos síndicos, em uma espécie de presidencialismo condominial;
- as dificuldades de conciliação entre as rotinas domésticas e as obrigações da vida privada com as responsabilidades e tarefas do condomínio;
- a dificuldade de comunicação entre os síndicos, conselhos fiscais e os demais moradores;
- a interferência das ordens do “tráfico” nos assuntos do condomínio.

No entanto, mesmo com todas essas questões, as pessoas que se imbuíram da prática e da responsabilidade de gerir os problemas públicos dos blocos, e permaneceram à frente da organização dos prédios, em uma dimensão mais coletiva da moradia, procurando adequar suas condutas às condições impostas pelo contexto. Atuaram no limiar da lógica da ordem condominial e da lógica da dinâmica do lugar marcadas pelas informalidades e as interferências externas. Ao mesmo tempo em que foram conduzidos a uma aproximação com o Presidente da Associação vizinha, estabeleciam contato com vereadores e agentes públicos para solucionar problemas internos (como o vazamento de tubulações de esgoto na área de uso comum do terreno). De um lado, a presença permanente dos jovens fazendo a “marcação” impedindo a entrada de qualquer pessoa ou grupo Relicário sem prévia autorização e, de outro, a necessidade da entrada de serviços públicos, como por exemplo, aqueles oferecidos pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e pela RIOLUZ. Na conciliação entre ordenamentos distintos, procuraram aproximar suas ações de síndico ao papel da associação de moradores. Quatro deles – Amós, Tomé, Moisés e Mateus – atuaram nas duas instâncias de representação local, ajustando suas condutas à dinâmica política e

social da favela, mas mantendo como princípio norteador a lógica do condomínio como ordenador do espaço.

Desse modo, as condições materiais e simbólicas dos moradores, os arranjos políticos, as práticas sobre espaços que observei no interior do Relicário inscrevem aquele conjunto de prédios na mesma dinâmica de seu espaço externo, ou melhor, no mesmo ordenamento da vida cotidiana do Complexo do Alemão. Alguns desdobramentos da vida no Relicário se expressaram na forma como seus moradores utilizam-se dos espaços privados e de uso coletivo, a forma como relacionam-se entre si, estabelecem uma relação direta entre os dois lados do muro, entre os espaços internos e externos ao Relicário.

Porém, além da presença do mercado varejista no interior do condomínio, tornada visível com o controle dos “meninos da marcação” sobre as permanências e as dinâmicas internas de circulação no interior do Relicário, bem como o papel do tráfico na regulação das associações de moradores, há também uma série de outros aspectos que parecem dissolver os muros simbólicos Relicário/favela. Construções de barracos no interior do terreno, as crianças nas disputas de pipas no céu, o futebol descalço no asfalto, a intensa circulação e permanência de familiares, amigos e pessoas “de fora” no interior, a música alta nas birascas etc. formam um conjunto de “práticas espaciais” que impõem de forma categórica e operativa à lógica da favela dentro do Relicário.

Todavia, dentre todas as práticas e mudanças que pude constatar, o que, de fato, mas me chamou a atenção foi o processo contínuo de ocupação dos espaços livres<sup>22</sup> do terreno. Esse era um ponto que não só conectava o Relicário ao seu entorno, como também evidenciava um conjunto de práticas, minimamente, ordenadas no interior dos “predinhos”, mas que estavam fora da regulação dos síndicos/associação de moradores do Relicário. Em diversas partes das favelas do Complexo do Alemão por onde circulei a ocupação privada dos espaços livres era algo permanente. Uma prática que marcava o Relicário na própria trajetória constitutiva do espaço urbano do Complexo do Alemão.

### **Ocupações e o desmanche do (esperado) “condomínio fechado”**

O conjunto Relicário foi construído sobre um terreno de grande extensão onde os vinte e dois blocos de apartamentos estão conjugados com grandes áreas livres, sejam eles construídos (no caso dos galpões) ou não-construídos (os espaços livres), mantidos no projeto

arquitetônico como espaços de uso comum sem definição clara sobre suas destinações (com exceção dos parquinhos infantis e da academia/espços de ginástica). Ao longo da pesquisa, ouvi diversas vezes de meus interlocutores que um espaço sem uso não poderia “ficar parado”. Era sempre preciso “fazer alguma coisa com ele”. Paulo mesmo, toda vez que parávamos para conversar sobre alguma possibilidade de trabalho e geração de renda – ao longo da pesquisa, Paulo esteve desempregado ou sem trabalho definido inúmeras vezes – dizia que gostaria de pegar um galpão vazio e “montar um negócio” ou “fazer um projetinho para o pessoal mais carente”. Tal perspectiva sobre os espaços livres tornou-se uma questão central nos processos relacionais que formam o cotidiano do Relicário, pois passaram a expor expectativas e representações muito dissonantes entre os atores residentes desse conjunto residencial sobre os mesmos locais. Consequentemente, sobre seus usos e fins.

Em um contínuo processo de desmanche sobre as expectativas de formação de um enclave, com o passar do tempo, diversas partes desse terreno passaram a ser ocupadas e utilizadas de maneira privada, com construções e instalações comerciais, gerando uma série de efeitos nas relações entre os moradores e sobre os arranjos internos dentro do Relicário. Os espaços livres passaram a ser objeto de disputas não só pelo seu valor de uso, mas também como meio de ordenação e representação da vida social do lugar. Um galpão vazio utilizado pela Associação de Moradores representava para seus membros a possibilidade de gerar recursos próprios em nome de uma organização coletiva e compartilhada do espaço entre todos os moradores. Esse mesmo galpão, quando utilizado para fins privados por uma pastora evangélica, representava a apropriação indevida do espaço coletivo, a permanência da “bagunça” e da interferência do tráfico sobre a organização interna. Ter barracos construídos no interior do terreno, acreditavam alguns moradores, desvalorizariam seus imóveis. Amós, morador e síndico do Bloco L disse-me em uma ocasião: “rapaz, esse negócio aí desses barracos não tá fácil não. Daqui a pouco esse lugar aqui não tá valendo nada! Meu apartamento, se um dia eu quiser sair daqui, não vou conseguir nada nele.” Por outro lado, como afirmou Seu Pedro, um “barzinho” era a possibilidade de fazer uma “putada boa” (festa), evidenciando a busca por momentos de lazer e diversão.

Esses espaços vazios de uso comum possuem um caráter público, pois, como mencionei anteriormente, as vias internas do terreno caracterizam-se como logradouros públicos. Assim, ao mesmo tempo em que configuram-se como um lugar de interação e das

relações, e que em última instância, possibilitam o desenvolvimento e a consolidação de uma certa ideia de vida comunitária – aqui, no sentido da construção, de apropriação e de compartilhamento de valores e crenças comuns que tornam indivíduos pertencentes a um determinado grupo social – é também um lugar das disputas, de embates, de acordos, “da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política” (Serpa, 2007, p. 9). Desse modo, esses espaços são tanto objeto de desejo, quanto uma esfera de atuação de atores que conflitam a todo instante entre a dimensão pública e a dimensão privada de suas necessidades e interesses sobre eles. Assim, os espaços livres de uso comum, iminentemente públicos, também podem ser entendidos como uma espécie de “arena pública” (Cefaï, 2012) na medida em que formam-se como esfera de atuação dinâmica dos atores, um “lugar de combates e cena de realizações (performances) dos atores empiricamente fundado”. (Idem, p. 3).

A maneira pela qual os espaços livres de uso comum passaram a organizar-se no Relicário tornou-se central na pesquisa: as ocupações e construções improvisadas mostravam-se, em parte, como reflexos das práticas espaciais de um grupo social. Além disso, essas organizações expunham um “modo de vida” ou uma “maneira de agir” relacionados, diretamente, com os meios disponíveis de produção e reprodução dos cotidianos dos moradores do Complexo do Alemão, marcados, historicamente, pelas condições impostas pelas desigualdades nos acessos aos bens e aos serviços que estruturam a vida nas cidade; desigualdades sociais e econômicas, características de sociedades de capitalismo tardio. Em *A Ideologia Alemã* (1996) Marx apresenta sua perspectiva sobre o que entende sobre “modo de vida” e, que, em grande medida, ajuda na reflexão que me proponho a fazer:

o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado *modo de vida* [grifo do autor] dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. (Idem, 1996, p. 27, 28).

Considerando os processos de ocupação sob uma perspectiva histórica podemos identificar que esse “modo de vida” carrega as marcas das condições materiais e simbólicas de um determinado grupo social que sobrevive a lógica excludente das políticas de desenvolvimento e reformas urbanas, principalmente, a lógica relacionada às intervenções do poder público sobre os espaços de moradia de trabalhadores e grupos sociais em condição de pobreza. Cabe lembrar que o perfil da maior parte das famílias que se mudaram para esse e para os demais conjuntos residenciais, construídos pelo PAC-Favelas, foi formada, em sua grande maioria, por pessoas em condição de desabrigo domiciliar, estando, algumas delas, em condição de pobreza extrema<sup>23</sup>. A disposição para ocupar esteve também estava relacionada com uma série de reivindicações locais que, historicamente, não foram atendidas satisfatoriamente pelas ações públicas de governos e/ou entidades privadas. De maneira muitas vezes improvisada, a busca por atendimento dessas necessidades decorreu da própria ação da população local, principalmente, quando relacionadas a busca por fontes de geração de renda, por lugar de moradia, por sensação de segurança e por espaços de lazer.

Além disso, tais ocupações reforçavam também a indicação de que havia uma forma de organização do espaço “por fora” que tanto incorporava a favela aos “predinhos”, quanto inseria o “condomínio” na favela. Ao mesmo tempo em que as necessidades e os desejos de seus moradores reconfiguravam aqueles espaços condominiais – outrora planejados por arquitetos e urbanistas contratados, com parâmetros de uma ordem da moradia distante e estranhas aquelas pessoas –, revelavam também um tipo de regulação baseada em ordens postas e compartilhadas entre os “de dentro” e os “de fora”.

Cada vez que chegava mais perto do limite entre os espaços de dentro e os espaços de fora do Relicário, percebia como suas fronteiras eram porosas e complexas. Por exemplo, ainda que a ordem dessas ocupações passassem pelo “tráfico de drogas”, conforme fica evidente nas seguintes palavras de Paulo: “Quem decide são eles, é ele. Tem gente que gosta, tem gente que não gosta, mas é assim, a regra é essa. Tem que respeitar”, o dia a dia dos moradores, dentro do conjunto, não estava tão marcado pela tensão permanente de conflitos armados e de tiroteios, como ocorrem em outras áreas do bairro, principalmente, nas favelas localizadas no interior do Complexo do Alemão, próximo a Serra da Misericórdia.

Por mais que as regulações internas tivessem o peso das decisões do tráfico local – como veremos mais a frente –, percebia, na rotina dos moradores, um certo ar de

“tranquilidade”. Como dizia Josué, “Aqui é mais calmo, mais tranquilo, tá ligado? Não é essas mil maravilhas, mas é muito melhor que lá pra cima. Lá o bicho pega”. De fato, pouquíssimas vezes presenciei a circulação de policiais dentro do Relicário e nenhuma troca de tiros. No entanto, aquela “tranquilidade” que marcava aparentemente a sociabilidade no Relicário, tornava veladas as tensas relações entre moradores, tráfico local, polícia e agentes políticos, sob um regime misto de silenciamentos e “lutas” por ressignificação das identidades e das representações tanto pessoais, quanto do espaço vivido.

As interpretações sobre as condutas internas e as ocupações dos espaços livres foram internamente divergentes. A crítica ou apoio estavam relacionadas com o que entendiam como “o modo de vida da favela” no Relicário. Críticos às ocupações e as construções, mas também a presença de grupos armados no Relicário, o grupo de síndicos e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Relicário passaram a interpretar esses aspectos como a continuidade da favela dentro do “condomínio” ou, poderíamos dizer com Machado da Silva (2002) “a continuidade do problema favela” em suas vidas.

Muitos espaços vazios no interior do Relicário passaram ser ocupados de maneira individual – ou seja, com um caráter privado do espaço comum. Passaram a representar esse processo como a “favelização dos condomínios” em seu sentido mais negativo, associando moralmente, em seus discursos, os espaços de origem (favela) a um tipo de comportamento reprovável e incompatível com o novo espaço (condomínio). Expressões do tipo “o morador sai da favela, mas a favela não sai do morador” ou “essa cultura da favela tá entranhada nas pessoas” passaram a subsidiar as falas críticas daqueles que viram no “condomínio” as possibilidades de se construir novas rotinas de vida que teriam princípios de ordenamento distintos aos da favela. Aqui a perspectiva da legalização e formalização de diversas instâncias da vida pautaram a crítica ao que entenderam como a continuidade da “bagunça”. “Um condomínio não pode ter um barraco no meio do terreno, mano. Vira bagunça!”, dizia-me Josimar, síndico do Bloco A e Presidente da Associação de Moradores do Relicário. Além disso, percebiam que o movimento de ocupação inseria, definitivamente, o Relicário no ordenamento da favela, aqui associada as imposições e as regulações do tráfico sobre o espaço interno. Logo, tais práticas de ocupação foram interpretadas como algo em profunda discordância com a proposta de moradia apresentada ao longo da implementação do PAC-Favelas, no Complexo do Alemão.

Porém, sob o ponto de vista daqueles que ocupavam e mantinham seus barracos para gerar renda ou simplesmente criar um espaço de lazer e encontro entre vizinhos, amigos e clientes, “era assim mesmo”, como afirmava, Seu Pedro. Para ele, “se tá parado e as pessoas precisam, tem que ocupar e construir”. No entanto, de fato, os moradores que queriam construir submetiam-se as ordens impostas pelo tráfico. A principal delas era antes de construir pedir a autorização ao “patrão”, ou seja, ao chefe da boca. Tal perspectiva da ação reforçava a crítica dos opositores, que estabeleciam a relação direta entre tráfico e barracos, tudo o que fugia ao ordenamento do tipo condominial, vislumbrado como mecanismo de mudança.

Desse modo, todas as interpretações e ações divergentes sobre o espaço de vivência do Relicário relacionavam-se com as diferentes expectativas, bem como com as distintas condições da vida cotidiana das pessoas em sua nova moradia. Enquanto, por um lado, havia um grupo que vislumbrava o Relicário como “condomínio fechado” com a justificativa de se instaurar um outro tipo de ordenamento interno do espaço, outros moradores reiteravam a lógica da vida no interior das favelas, condicionados pelas suas necessidades e desejos históricos no cotidiano da vida na cidade.

### **Considerações finais**

Diante de todo esse mosaico de significados em disputa, ficou evidente, que a expectativa sobre um possível enclave foi só um projeto externo, que gerou expectativas, mas que se desmanchou por completo. Consequentemente, o que ficou como resultado para análise foram os desdobramentos da “derrota” do “condomínio fechado”. No entanto, a intenção aqui não é fazer uma defesa ou apontar para uma suposta “vitória” da favela sobre o “condomínio”, mas, antes de tudo, evidenciar a “diferenciação e a coexistência de duas ordens legítimas disputando âmbitos da vida social” como aponta Machado da Silva (2016 [1976], p. 179) e que vão se ajustando à medida que as necessidades e as possibilidades colocam-se para todos. O resultado dessa correlação de forças no cotidiano do conjunto Relicário foi, justamente, a configuração de coexistência de ordens que passou a orientar *o modus operandi* da rotina de organização interna do conjunto residencial.

Assim, o que eu defendo aqui é que esse conjunto de prédios pensados e formulados de fora para dentro – e aqui não só o Relicário, mas muito provavelmente em outros conjuntos

de prédios erguidos pelo PAC/PMCMV – vem consolidando-se, ao longo do tempo, como um espaço de tensão e disputas entre pessoas e grupos com visões e expectativas divergentes sobre a organização da vida cotidiana. Consequentemente, os ordenamentos distintos e concorrentes – o condominial e o da favela –, passaram a se estabelecer de maneira negociada, amparando expectativas e desejos distintos em um “regime de ordenamentos ajustados”. A moradia dos conjuntos residenciais do PAC construídos na favela passa a materializar e simbolizar o espaço de ruptura de uma suposta ideia de unidade de ordenação social baseada exclusivamente na legitimidade da ordem institucional-legal da vida cotidiana, como indicara Machado da Silva em alguns de seus trabalhos (2016 [1976]; [2004a]; [2004b]). Logo, as expectativas de uma institucionalidade condominial e as rotinas das favelas passam a coexistir em arranjos de disputas e negociações permanentes materializando e simbolizando o novo modo de vida no espaço urbano.

Para esse momento, o que eu busco evidenciar é a força operativa das rotinas da favela sobre os conjuntos residenciais do PAC, esses apresentados outrora como meio para a “nova vida”, a partir de um conjunto de procedimentos e instrumentos formulados de fora para dentro, para a resignificação da vida simbólica e material. Considerar o ordenamento da favela dentro do Relicário implica tanto o reconhecimento da relevância dos grupos de poder armados nos processos de decisão e de regulações territoriais, mas também disso envolve reconhecer práticas rotineiras que, apesar de heterogêneas e complexas, podem ser reunidas naquilo que Cavalcanti chamou de “favela consolidada” (2007; 2009)

Como consequência, com a consolidação das favelas, as dualidades da vida urbana – a ilegalidade e a legalidade, a informalidade e a formalidade, a provisoriedade e a permanência, por exemplo – vão relacionar-se no limiar das fronteiras que as separam, tornando tenso e problemático o discurso que delimita o asfalto e a favela na cidade. Assim, a composição espacial que vai se materializar e ser reproduzida ao longo do tempo será a da coexistência de diferentes ordens de relações e estruturas sociais. Nesse processo de constituição de um novo espaço de moradia na cidade como o conjunto Relicário, o que se configurou como resultado possível foram as “múltiplas espacialidades coexistentes”, ou seja, “uma relação de acomodação e de coexistência entre ordens sociais ou princípios de interação distintos [e que] nos leva a uma indagação sobre a relação entre essas múltiplas espacialidades” (Cavalcanti, 2008, p. 38-39).

Assim, a chegada aos apartamentos do PAC representou um novo momento: uma moradia na cidade diferente quando comparada com os barracos no alto das favelas. Sendo a casa o limiar entre a circulação e a imobilidade de sua representação física no espaço, é ela quem possibilita partirmos de um lugar para qualquer outro. Uma referência, o lugar de onde se vem e pra onde se vai. Nesse sentido, o apartamento do PAC proporcionou a melhoria da vida quando comparadas as suas casas e as condições passadas. No entanto, os limites para um novo cotidiano, o estabelecimento de novas relações de organização, compromisso e solidariedade passam pelo exercício de novas práticas e costumes. Um esforço hercúleo para ajustar ordenamentos e moralidades tão distintos que ainda estão em pleno processo de conformação.

## Notas

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Pesquisas Políticas e Sociais (IESP). Integra o grupo de pesquisadores do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade – CEVIS. Atualmente coordena a equipe de monitoramento e avaliação de políticas socioassistenciais da Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da Gestão no governo do estado do RJ.

<sup>2</sup> Nome fictício.

<sup>3</sup> Discurso do então presidente Lula na inauguração de um dos conjuntos residenciais construído com os recursos do PAC/MCMV <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas/view>> Acesso em 29/01/2014.

<sup>4</sup> Atualmente, a definição de quantas favelas e áreas internas compõem o Complexo do Alemão varia de acordo com a fonte pesquisada. Representações locais nomeiam 31 “lugares” (Grotá; Areal; Sabino; Chuveirinho; Cava; Canitar; Te contei, São José, Mineiros, Pedra do Sapo, Central, Alemão, Relicário, Matinha, Coqueiro, Rua 2, Alvorada, Sem saída, Praça do samba, Largo da Vivi, Praça do cruzeiro, Fazendinha, Zona do medo, Casinhas, Nova Brasília, Loteamento, Aterro, Reservatório de Ramos, Morrão, Inferno verde, Área 5).

<sup>5</sup> O número total de habitantes do Complexo do Alemão é controverso. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) contabilizou 60.583 pessoas distribuídas em 18.442 domicílios. Algumas instituições locais afirmam que há cerca de 200.000 pessoas morando na localidade. Em 2008 o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio) realizou o Censo das Favelas indicando 90 mil habitantes distribuídos em 28.000 domicílios somente para a área objeto da intervenção do PAC. Porém, tal área não é totalmente coincidente com o território do bairro Complexo do Alemão. Sobre os dados do EGP-Rio estes estão em <http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Apresentacao-Censo.pdf>

<sup>6</sup> Segundo o IBGE as cidades de médio porte possuem entre 100 001 e 500 000 habitantes.

<sup>7</sup> Essa região da Zona Norte do Rio de Janeiro passa a ser conhecida como “subúrbio da Leopoldina” com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, inaugurada em 1858, com trechos que passavam por dentro da malha urbana no seu trajeto de escoamento da produção de café e interligação com estado de Minas Gerais. (El-Kareh, 2010)

<sup>8</sup> Miyasaka (2011) afirma que freguesia rural de São Thiago de Inhaúma, criada em 1743, hoje o bairro limítrofe do Complexo do Alemão e chamado somente de Inhaúma, em 1890 já possuía uma população de 17.448 habitantes. Em 1906 já passava de 67.478 residentes. (Idem, p. 15)

---

<sup>9</sup> Há consolidado um conjunto de obras sobre as causas complementares que originaram a ocupação dos morros do centro e da zona sul do Rio de Janeiro. Além das medidas do governo municipal e federal voltadas para a demolição dos cortiços com fins a higienização do centro da cidade, há também como mito de formação das favelas o retorno de soldados de seus fronts de batalha (como o “mito” da Guerra de Canudos [1896-1897] e a ocupação do Morro da Favella, e a Guerra do Paraguai [1865-1870]) já amplamente difundido pelos trabalhos de Lícia Valladares (2005), Alba Zaluar (2006), Burgos (2006), Gonçalves (2013) entre outros pesquisadores.

<sup>10</sup> Gonçalves (2013) mostra que somente entre os anos de 1872 e 1920, a população do Rio de Janeiro passou de 274.972 para 1.157.873 – um crescimento de 421% no período.

<sup>11</sup> Kowarick (1979)

<sup>12</sup> Márcio Piñon de Oliveira (2011); Abreu (2013[1987]).

<sup>13</sup> Abreu (2013[1987], p.43-44)

<sup>14</sup> Além do Complexo do Alemão, o governo do estado gerenciou o PAC em mais quatro territórios no município do Rio de Janeiro: Pavão-Pavãozinho, Preventório, Complexo de Manguinhos, Rocinha. Há uma série de estudos sobre os impactos das políticas do PAC nessas localidades com destaque para a tese de doutorado de Cláudia Trindade intitulado “Não se faz omelete sem quebrar os ovos: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro”.

<sup>15</sup> A marca “Cidade Olímpica” foi utilizada pela administração municipal do Rio de Janeiro como termo capaz de criar certa ideia de unidade e coesão na cidade. Segundo o site da prefeitura “#CidadeOlimpica é centro e periferia; morro e asfalto; Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Portuária, tudo junto e misturado no traço e na poesia de grandes expoentes da arte urbana carioca”. No entanto, o termo é utilizado para designar as cidades-sede dos Jogos Olímpicos de verão. Há um amplo debate em torno do tema dos “mega-eventos” e seu papel promotor de mudanças urbanísticas e os impactos – na maioria dos casos, negativo – na vida das populações mais pobres dos centros urbanos a partir das necessidades de remoções de comunidades tradicionais para construção de equipamentos esportivos e complexos empresariais e residenciais para atender as demandas do mercado imobiliário. Ver Vainer, 2000; Arantes, 2000; Cavalcanti, 2013. <http://www.cidadeolimpica.com.br> - Acesso em 15/03/2016.

<sup>16</sup> <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=862824>. Acesso em 13/08/2014.

<sup>17</sup> Realizada pela POMAGALSKI S.A. (POMA) - empresa especializada em transporte por cabo, com 7.700 intervenções em 73 países de cinco continentes, entre elas o teleférico na Cordilheira dos Alpes e o Metrocable das comunidades colombianas de San Domingo e Comuna 13 - e a Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro (EMOP), o projeto do teleférico no Complexo do Alemão seguiu o mesmo modelo implantado na comunidade de San Domingo, em Medellín, na Colômbia, por apresentar, segundo os técnicos e arquitetos responsáveis, as mesmas características territoriais, tanto no que diz respeito a geografia local, quanto nas condições de vida da população local. O objetivo, segundo a EMOP era fazer das estações do teleférico locais integrados a equipamentos sociais, como escolas, creches, bibliotecas e áreas de lazer.

<sup>18</sup> “PAC Social recebe prêmio em fórum sobre urbanização” <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2032489> . Acesso em 02/02/2015.

<sup>19</sup> Lançado em 2009 pelo então presidente Lula, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tornou-se o maior programa de acesso a casa própria já criada no país. Direcionada a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até R\$6500,00, todas as concessões de benefícios pelo MCMV são feitas por faixa de renda: Faixa 1 – até R\$1800,00 de renda familiar mensal. Possibilita até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros; Faixa 1,5 - até R\$2350,00 de renda familiar mensal. Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano; Faixa 2 – até R\$3600,00. Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano; e Faixa 3 – até R\$ 6500,00, com 8,16% de juros ao ano. Todos esses estão incluídos na modalidade “Minha Casa, Minha Vida Urbano”. O programa ainda tem mais quatro modalidades: empresas, entidades, FGTS, Municípios com até 50 mil habitantes e rural. Cada modalidade atende a um público específico. Os recursos do MCMV são do orçamento do Ministério das Cidades repassados para a Caixa Econômica Federal. <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv> Acesso em 06/03/2018.

---

<sup>20</sup> Segundo Fazzioni (2016) o Programa Saúde Presente lançado 2009 pela Prefeitura do Rio de Janeiro teve como objetivo expandir a rede da Estratégica de Saúde da Família cuja cobertura na cidade passou de 3,5% em janeiro de 2009 para 47,9% em março de 2015. O programa tem como conceito a territorialização da saúde atendendo regiões até então prejudicadas na gestão pública de saúde. Toda a estrutura do programa está amparada pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que define como público a ser privilegiado no atendimento famílias que apresentem alto grau de vulnerabilidade social. [http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_esf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php) acesso em 25/03/2018.

<sup>21</sup> Tecnicamente definido como “auto de conclusão de obra” o “habite-se” é o documento expedido pela prefeitura atestando que o imóvel (casa ou prédio residencial ou comercial) está pronto para ser habitado e foi construído ou reformado de acordo com a exigências legais estabelecidas pelos municípios, especificamente o Código de Obras vigente. O atestado do poder municipal somente é emitido após vistoria realizada por um engenheiro civil que comprove o atendimento das especificações contidas no projeto aprovado inicialmente. Caso o habite-se não seja emitido, juridicamente, haverá uma série de restrições quanto ao processo de formalização do imóvel perante o poder público (prefeitura), como impossibilidade de constituição de condomínio e

<sup>22</sup> O termo “espaço livre” foi recorrentemente utilizado pelos meus interlocutores durante o processo de pesquisa para representar um local “ocioso”, ou seja, sem utilização no momento da observação, mas carregado de significados passados, presentes e desejos futuros. O termo utilizado no Relicário aproxima-se do que Meneguello (2009) denominou como “vazios urbanos”: prédios abandonados, ruínas de antigas construções industriais, terras abandonadas etc. que carregam significados compartilhados por uma certa memória urbana construída socialmente ao longo do tempo.

<sup>23</sup> A pobreza extrema pode ser entendida como o alto grau de precariedade de acesso a uma série de itens fundamentais para existência de uma pessoa em qualquer sociedade. Itens como água potável, saneamento, alimento, moradia e renda são alguns dos itens que compõem o conjunto de bens básicos necessários para o estabelecimento de uma vida digna. Nas últimas décadas as agências internacionais, como Banco Mundial, a ONU-Habitat, FAO entre outros têm tido um papel relevante na definição de metas a serem atingidas por nações em desenvolvimento, bem como na formulação de indicadores que auxiliam no monitoramento das ações de correção da pobreza. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que trabalha com dados indicadores de escolaridade, renda e longevidade, e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade com base na renda, estão entre os instrumentos adotados e usados por diversos setores governamentais para o acompanhamento das metas especificadas.

## **Bibliografia**

- ABREU, Mauricio. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. *On justifications: Economies of Worth*. New Jersey. Princeton University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. “The sociology of critical capacity” *European Journal of Social Theory* 2(3): 359-377 Copyright 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp., 2003
- CAVALCANTI, M.. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 35-59, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.69, fev. 2009.

- 
- \_\_\_\_\_. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, p. 191-228, 2013
- CEFAÏ, D. "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". En Cefai, D. y Joseph, I. (coords.). *L'heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002, pp. 51-81.
- \_\_\_\_\_. Arène publique: Un concept pragmatiste de sphère publique (version française d'un article soumis à Sociological Theory). Disponível em: <[http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai\\_arene\\_publicue\\_concept\\_pragmatiste\\_c\\_adis.pdf](http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai_arene_publicue_concept_pragmatiste_c_adis.pdf)> Acesso em 29/12/2017.
- CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. James Clifford. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2002. 17-62.
- \_\_\_\_\_. "Sobre a alegoria etnográfica". In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. James Clifford. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2002. 63-99.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro/ Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais. 2016. 280 f.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Org. Michael Schroter. Trad. Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*/Norbert Elias e John L. Scotson. Tradução Vera Ribeiro. Tradução posfácio a edição alemã, Pedro Sussekind. Apresentação e revisão técnica Frederico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador: Volume 2 – Formação do Estado e da civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". Tradução. Paula Siqueira Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ. Revisão. Tânia Stolze Lima Professora Doutora de Antropologia ICHF/UFF. Cadernos de Campo. N. 13:155-161, 2005.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRANKLIN, Jose. *Dico e a invasão do Alemão*. Rio de Janeiro, 2013.
- FRASE, Nancy. "Reconhecimento sem ética?". In.: *Teoria crítica no século XXI*. (Org.) Jessé Souza e Patrícia Mattos. São Paulo: Annalume, 2007.
- FREIRE, Jussara. "Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio". In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro* / Luiz Antonio Machado da Silva (Organizador). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 pp. 143-172.

- 
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-24.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Editora Unesp. São Paulo, 1991.
- GONCALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009, p. 237-250.
- \_\_\_\_\_. *Favelas do Rio de Janeiro – história e direito*. Rio de Janeiro. Pallas. Ed. PUC-Rio, 2013.
- KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979
- \_\_\_\_\_. *Escritos urbanos*. São Paulo: editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, n. 44, 2000, p. 73-90.
- \_\_\_\_\_. “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções de formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro / Luiz Antonio Machado da Silva (Organizador)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 pp. 115-142.
- \_\_\_\_\_. “Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”. Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora-Cevis. Parte 1 (Org.) Machado Da Silva, L. A. E Leite, Marcia P. In. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.7 – n.º4 –OUT/NOV/DEZ 2014 – pp. 625-642*
- \_\_\_\_\_. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015. Pp. 377-401.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. In.: Oliviera, Lúcia Lippi (org). *CIDADE: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, pp. 220 – 237.
- \_\_\_\_\_. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan/jun. 2004a.
- \_\_\_\_\_. “Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”. In: L. A. Machado da Silva et alii (orgs.), *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In \_\_\_\_\_ (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. p. 35-46
- \_\_\_\_\_. “O significado de botequim”. *Revista Enfoques*. Festas e sociabilidades. V. 10, n.1, 2011. <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/136/127>.
- \_\_\_\_\_. “A política na favela”. In.: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 4 – n. 4 – out/nov/dez 2011*. Pp.699-716. Texto originalmente publicado em *Cadernos Brasileiros*, Ano XI, n.41, 1967. Pp. 35-47.

- 
- \_\_\_\_\_. “Violência urbana: representação de uma ordem social. In.: *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. Pp.
- \_\_\_\_\_. “Urbanização x remoção”. In.: *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- MACHADO-MARTINS, M. “Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos ‘condomínios populares’ da avenida Brasil. In.: CUNHA, N.V. et al. (Org.) *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona*. 1ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Le Metro, 2016. pp. 201-211.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. Editora Hucitec, 10ªed. São Paulo, 1996.
- MENEZES, Palloma. Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”: Uma Etnografia do Processo de “Pacificação” de Favelas Cariocas. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. 204 p.
- OLIVEIRA, B.C.S. Políticas Públicas e Participação Popular na implementação do PAC Social no Complexo do Alemão, RJ. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2011.
- OLIVEIRA, Márcio Piñon. A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu . In. *150 anos de subúrbio / Márcio Piñon de Oliveira, Nelson da Nóbrega Fernandes (orgs.); Almir Chaiban El-Kareh...[et al.]*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.
- PEREIRA DA SILVA, Maria Lais. “A Favela e o Subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela”. In: Márcio Piñon de Oliveira; Nelson da Nóbrega Fernandes. (Org.). *150 Anos de Subúrbio Carioca*. 1ª ed. Rio de Janeiro; Niterói: Lamparina Editora; Editora da UFF, 2010, v. , p. 161-186.
- SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998
- SPINK, Mary Jane. *O conhecimento no cotidiano – As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. (Org.) Mary Jane Spink. 1ª ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1993.
- SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se Uma Casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. “A propósito da urbanização de favelas”. In.: *Espaços e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano 1. N.º 2. Maio, 1981
- WEBER, Max. Weber – Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Gabriel Cohn, Coord. Florestan Fernandes. Editora Ática. 7ª ed. 7ª impressão. São Paulo, 2005.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.